



ANO 16 Nº 4
Abril de 2007

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O futuro nas entrelinhas do presente

A rota da economia brasileira funda-se num desejo nacional de ser uma grande nação, de estar entre os países que decidem as coisas do mundo. Acreditando e desacreditando, os brasileiros escutam as promessas do Programa de Aceleração Econômica (PAC); mas o PAC é um plano que diz mais coisas do que a letra fria do texto aceita. É sempre fundamental ler qualquer palavra não só na sua literalidade, mas também no seu espírito, ainda mais quando se relaciona com o que está fora dos seus parágrafos. Temos que ouvir no contexto da contemporaneidade. E a pergunta impõe-se: quais são o contexto e a moldura do PAC? Uma de suas figuras é, sem dúvida, a necessidade de desenvolver o País: crescimento dos capitais, aumento do emprego, distribuição de renda, integração ampliada do Brasil no mundo, etc. Somos, logo dá para ver, um jardim a ser cultivado, para usar a idéia de Voltaire no **Candide**. E, assim, perguntamos: que jardim é esse que pede para ser trabalhado?

Ouçamos, então, o PAC nas suas linhas, entrelinhas e contexto. Constata-se, com calma, que a grande proposta está escondida, que vem oculta e que nos olha com a sua pretensão. O que existe no seu cofre é o pensamento de uma fração do Governo que está enxergando o estado das artes no mundo e que compreende, com perspicaz clareza, que a base energética da economia capitalista vai mudar. Os indícios principiam no discurso de Bush, anunciando a diminuição em 20% no consumo norte-americano do petróleo. A decisão, com toda certeza, afetará a enorme esfera produtiva dos Estados Unidos e do mundo. A gênese de transformação da atual estrutura econômica começa pelo setor energético e vai sair do petróleo para um ponto de transição, onde triunfará um *mix*: o petróleo e mais outra(s) energia(s). Essa é a razão pela qual o Brasil veste o traje do etanol e do biocombustível. Então, o que o Governo anuncia no PAC é a confirmação da Petrobrás como o centro da sua estratégia, para que carregue uma liderança energética, onde os empresários terão a sua palavra. Com isso, a Nação tropical inscreve-se, com ousadia calculada, para ocupar um lugar destacado na famosa seita dos países emergentes, que agrupa China, Rússia, Índia e Coreia, além do próprio Brasil. Ou seja, a mudança da base da esfera produtiva do capital, a energia, vai fazer com que se eleve, progressivamente, a taxa de lucro esperada de toda a produção. Dito de modo keynesiano: vai haver um aumento da eficiência marginal do capital.

A segunda grande coisa no nível estratégico do Programa está dito ali, explicitamente: provocar a aceleração do Brasil no que tange ao crescimento da sua economia. Nessa altura, o PAC ruma para enfrentar a deterioração da infra-estrutura nacional. Acompanhado do setor privado, o Governo encaminha uma proposta que se refere, numa perspectiva, à logística da produção, principalmente em relação à infra-estrutura de transportes. Se efetivada a tarefa, teremos um instrumento mais pleno e com menos custo para a distribuição dos bens em ambos os mercados, interno e externo. Já numa outra perspectiva, vigora a intenção de um tratamento para a infra-estrutura urbana, que pretende, com esse designio, dar vigor às questões do saneamento e da construção civil, favorecendo, obviamente, com esses tópicos, o desenvolvimento da indústria e seus empregos e a vinculação do Programa a uma expansão da habitação popular.

Para finalizar, resta indicar o momento histórico decisivo que estamos atravessando. De um lado, a economia mundial vai-se transformar. E o ponto nodal dessa metamorfose é a sua base energética. Assim, quem puder se adiantar no processo pode sair dele numa posição vantajosa e, quem sabe, de liderança. Por isso, o acordo de intenções com os Estados Unidos — ocorrido depois do PAC — é um lance diplomático, econômico, político e tecnológico de envergadura. Esta é a hora. É possível que também estejamos no começo do que Schumpeter falava, da “destruição criadora” cíclica. Assim, a postura do Brasil é a de quem se prepara para ocupar, na reorganização da economia mundial, uma posição de destaque. Se o futuro se antecipa, os dias correntes precisam de reforço e de ação. Nada melhor do que recuperar, mesmo que timidamente, a infra-estrutura nacional. O futuro tem que ter apoio no presente.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

Perspectiva otimista para a safra gaúcha de grãos

Desde o ano de 2003, quando a safra de grãos do RS alcançou um pico de produção, não se percebe tanto otimismo na agricultura como agora. A perspectiva de uma excelente safra, com volume de produção próxima à daquele ano, entusiasma, pois é o início da recuperação econômica dos produtores, com reflexo direto na economia.

Com base nas informações divulgadas pelo IBGE, a previsão para a safra gaúcha de grãos é de incremento significativo. Se os números se confirmarem, será a segunda maior safra da história recente do Estado, só inferior à de 2003. Com exceção do arroz, todos os outros grãos — milho, soja, feijão e trigo — apresentam crescimentos significativos na produção e no rendimento médio. Destaca-se a cultura do milho, que, com redução de 2,7% em área, apresentou ganhos de produtividade da ordem de 25%. Deve-se esclarecer que as informações sobre a cultura de trigo são de intenção de plantio, uma vez que a semeadura se inicia somente em maio.

O que se observa nas informações da safra de grãos 2006/2007 é que, embora com redução na área de algumas culturas ou com leve movimento ascendente em outras, o rendimento médio da produção por área colhida teve incrementos significativos, sendo parte desse resultado devida, principalmente, à excelente condição climática.

Estimativa de crescimento das principais lavouras de grãos no Rio Grande do Sul — safra 2006/2007 (%)

CULTURAS	PRODUÇÃO	ÁREA COLHIDA	RENDIMENTO MÉDIO
Arroz	-12,3	-8,6	-4,1
Feijão	24,9	-0,6	25,6
Milho	21,3	-2,7	24,7
Soja	21,1	0,5	20,6
Trigo	37,9	14,5	20,5

FONTE: IBGE/LSPA — Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, mar. 2007.

Sérgio Fischer (FEE/CIE)

Potencial poluidor das atividades industriais no RS: o mapa do risco

Em estudo recém-concluído na FEE, foi realizada a atualização do Índice de Potencial Poluidor da Indústria (Inpp-I) para os anos de 2001 a 2004, abrangendo o Estado e algumas de suas regiões. Originalmente lançado pela FEE em maio de 2005, em conjunto com a FEPAM, com dados referentes a 2001, ele representa uma das primeiras experiências no Brasil de elaboração de indicadores econômico-ambientais abrangentes.

Para se chegar ao Inpp-I, que permite o ranqueamento dos municípios e dos Coredes do Rio Grande do Sul quanto ao seu potencial poluidor, levaram-se em conta o “tamanho”, medido pelo Valor Adicionado Bruto de cada atividade industrial, e o risco representado pelas mesmas.

Tomando-se a divisão por Coredes, verifica-se que, entre eles, os que apresentam o mais alto Inpp-I, correspondendo a maior risco e maior valor de produção, são, nessa ordem, o Metropolitano Delta do Jacuí (26,63), o Vale do Rio dos Sinos (20,66) e o Serra (15,77). Por sua vez, os três com mais baixo Inpp-I são o Alto da Serra do Botucará (0,15), o Litoral (0,16) e o Médio Alto Uruguai (0,23). Nesse sentido, observa-se a concentração geográfica do risco relativo ao potencial poluidor industrial no nordeste do Estado, que é, ao mesmo tempo, a área mais densamente povoada do RS.

Índice de Potencial Poluidor da Indústria (Inpp-I), em Coredes selecionados, no Rio Grande do Sul — 2004

COREDES	INPP-I
Alto da Serra do Botucará	0,15
Litoral	0,16
Médio Alto Uruguai	0,23
Metropolitano Delta do Jacuí	26,63
Serra	15,77
Vale do Rio dos Sinos	20,66

FONTE: FEE/CIES/NIS; NPE.

Clítia Helena Martins (FEE/CIE).



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 16 nº 4

Etanol: o desafio brasileiro de saltar de 16 bilhões para 205 bilhões de litros

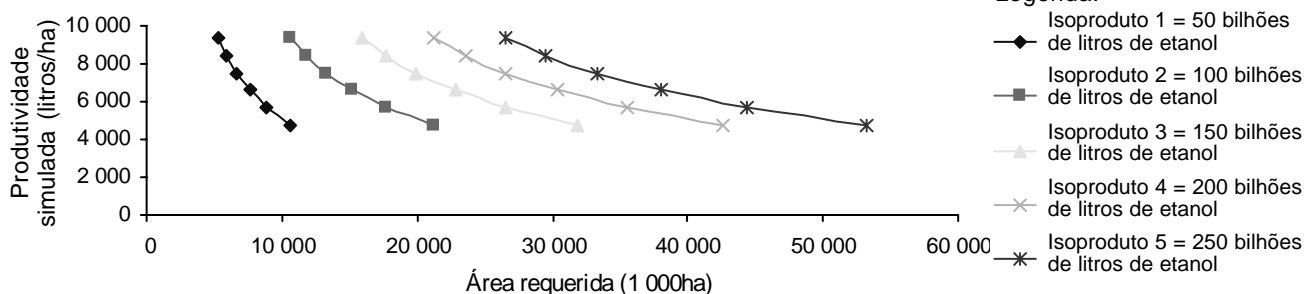
Ao ser anunciada a morte da era petróleo para meados do século, as pesquisas para a produção de energéticos alternativos em escala global, destacando-se o etanol e a célula a combustível, roubam a cena nas economias cêntricas, principalmente nos Estados Unidos.

Embora o Brasil detenha a tecnologia mais avançada no que tange ao etanol, via hidrólise ácida e a experiência do Pró-Álcool desde 1975, poderá perdê-la brevemente, com o advento da hidrólise enzimática, que requer vultosos investimentos e conhecimentos desde a química até a manipulação genética de novas enzimas capazes de minimizar os passos de processamento dos açúcares em álcool, o que poderá dobrar a produtividade por hectare. O Brasil, com invejáveis condições de clima e solo, não obstante a excelência de seus cientistas, não tem encontrado contrapartida em recursos para pesquisa, comprometendo a produtividade e a inovação.

Estudos da Unicamp projetam o consumo mundial para cerca de 1,7 trilhão de litros de gasolina em 2025. A estes, o Brasil poderá suprir com 205 bilhões de litros de etanol, através de 1.400 usinas. Atualmente, são produzidos 16 bilhões de litros, mediante 500 usinas, sendo 200 de baixa produtividade. Para tal, serão necessários US\$ 10 bilhões a serem investidos até 2017, além da expansão da área plantada de cana-de-açúcar de 3 milhões de hectares para 25 milhões, já considerando a duplicação da produtividade (gráfico).

A inserção do etanol em escala global faz parte de um sistema de equações simultâneas, envolvendo vetores, como P&D, a bioenergia, incluindo o próprio etanol, os alimentos, as questões sociais e a alocação de recursos, sujeitos às rigorosas restrições ambientais de preservação e habitabilidade.

Cinco níveis anuais de produção de etanol de cana-de-açúcar, segundo produtividade simulada e a área requerida, no Brasil — 2020-25



FONTE DOS DADOS BRUTOS: <<http://www.inovacao.unicamp.br/especial/etanol>>.

<http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?id=6871>.

Jaques Alberto Bensussan (FEE/CEES)

Mercado interno impulsiona produção gaúcha de veículos automotores

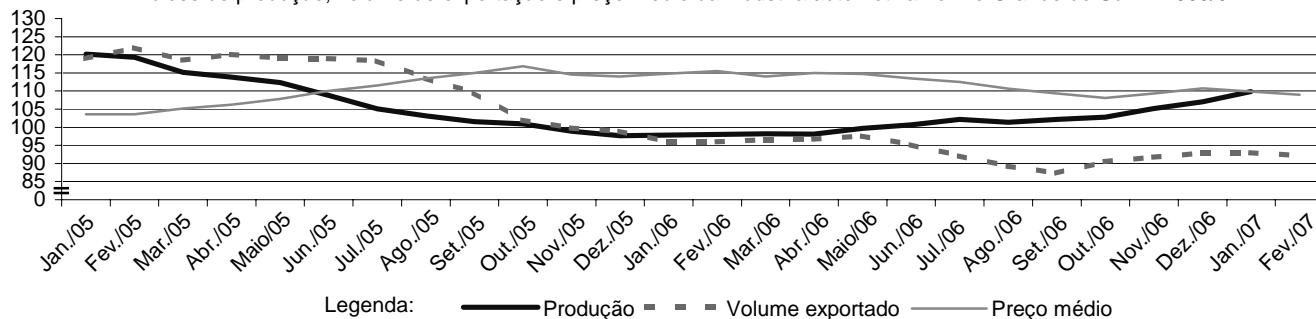
A redução de aproximadamente cinco pontos percentuais na taxa de juros para financiamento de automóveis e a expansão das operações com prazo igual ou superior a 36 meses despontam como importantes fatores a influenciar positivamente o desempenho recente da indústria automotiva gaúcha. Também merecem destaque o efeito dinamizador da oferta crescente de veículos bicombustíveis (etanol/gasolina), o aumento da massa salarial e as perspectivas alvissareiras de crescimento do agronegócio da região Centro-Sul do País.

Contudo, a trajetória de recuperação da produção física de autoveículos e suas peças a partir do início de 2006, com base no indicador acumulado em 12 meses, parece estar alicerçada, primordialmente, no mercado interno. A valorização do real afetou com rigor a competitividade das exportações dessa cadeia produtiva, acarretando reduções efetivas

nas quantidades embarcadas (-7,6% em 2006), embora compensadas pelo aumento dos preços em dólar. É importante ressaltar, entretanto, a existência de comportamentos diferenciados dos principais subsetores — fabricação de cabines e carrocerias (-3,8%) e fabricação de peças e acessórios (9,4%) — situação que se mantém no começo de 2007.

O ano de 2007 deverá ser positivo para a cadeia automotiva no Rio Grande do Sul. A expectativa das montadoras de automóveis é de continuidade do crescimento do mercado interno de veículos, com a tecnologia *flex fuel* (aproximadamente 90% da produção da GM de Gravataí adota essa tecnologia), enquanto as de caminhões, reboques e carrocerias contam com o efeito dinamizador do bom desempenho do agronegócio e da recuperação das taxas de crescimento da economia nacional.

Índices de produção, volume de exportação e preço médio da indústria automotiva no Rio Grande do Sul — 2005/07



FONTE: IBGE/PIM-PF. FEE.

NOTA: índice acumulado em 12 meses.

Silvia Horst Campos (FEE/CEES)

Perspectivas para a economia brasileira em 2007

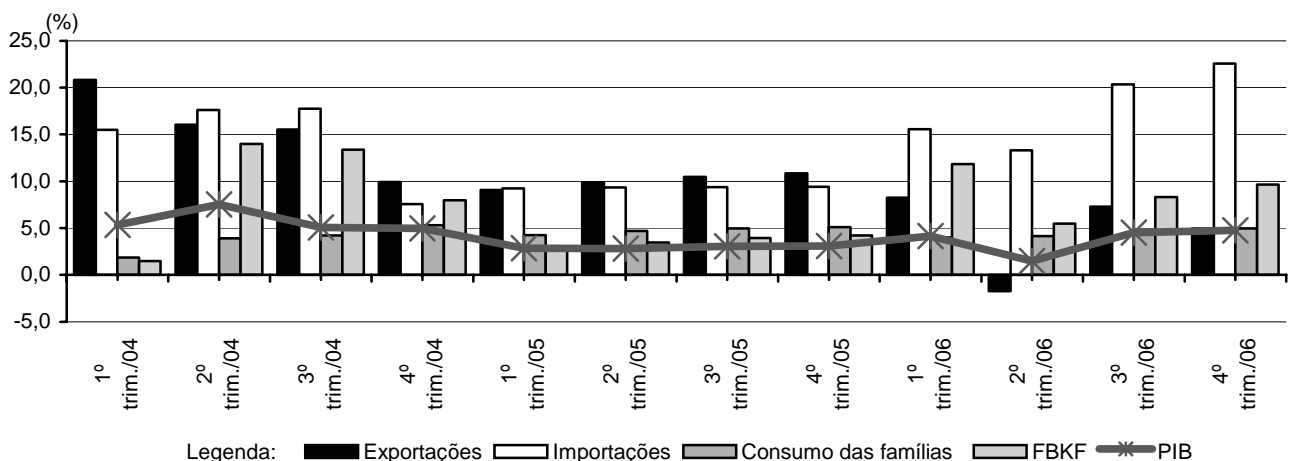
Os dados do PIB recentemente divulgados pelo IBGE demonstram que, no último trimestre de 2006, a economia brasileira manteve a tendência de recuperação iniciada no terceiro trimestre. Com isso, a taxa acumulada de crescimento no ano ficou em 3,7%. Essa recuperação foi liderada pela formação bruta de capital, a qual apresentou um crescimento de 8,7%. Embora esta última tenha perdido participação no PIB brasileiro de acordo com as novas estimativas, os investimentos têm, pelo seu efeito multiplicador, um papel determinante no crescimento. Outro aspecto significativo no desempenho da economia brasileira é a seqüência de taxas positivas de crescimento do consumo das famílias, observadas desde o último trimestre de 2003.

Em relação ao setor externo, o ano de 2006 apresentou uma inversão na tendência de comportamento do volume das exportações e das importações. Enquanto as primeiras apresentaram uma desaceleração significativa em suas taxas de crescimento, o volume das importações manteve taxas elevadas e crescentes, especialmente nos últimos três trimestres (gráfico). Com isso, em 2006, o setor externo teve um impacto líquido negativo sobre a taxa de crescimento do PIB. Tal mudança tem seu fundamento na valorização cambial, a qual tem diminuído a competitividade dos produtos brasileiros e favorecido a concorrência externa no mercado doméstico.

Uma análise retrospectiva da evolução do PIB trimestral do período 1991-06, porém, demonstra que a sua principal característica tem sido a oscilação nas taxas de crescimento,

em torno de patamares relativamente baixos. No entanto, 2007 iniciou-se num cenário favorável sob diversos aspectos. A princípio, convém destacar que, nos últimos três anos, a oscilação nas taxas de crescimento diminuiu sua amplitude em torno de uma média de 4,1%. Em segundo lugar, as taxas de inflação estão estabilizadas e dentro das metas estabelecidas pelo Governo. Numa mesma trajetória declinante, estão as taxas nominais de juros, as quais se encontram no seu menor nível desde a implantação do Plano Real, embora num patamar ainda bastante elevado. Esses fatores sinalizam a continuidade da redução da taxa real de juros. Outro aspecto favorável seria a implementação dos investimentos do Governo com as obras anunciadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em seu conjunto, estes dois últimos fatores poderiam indicar a continuidade do crescimento dos investimentos. O principal limitador do crescimento em 2007, pelos fatores já mencionados anteriormente, deverá ser a taxa de câmbio. Convém destacar que a balança comercial brasileira continua tendo superávit, em virtude do alto preço de algumas *commodities* no mercado externo. Algum abalo na economia internacional poderia desmoronar esse cenário, uma vez que iria reduzir ainda mais a queda nas exportações, com um impacto negativo ainda maior sobre o PIB. Em seu conjunto, tal cenário aponta um crescimento acima de 4% em 2007. Fica, no entanto, a incógnita com relação à manutenção do crescimento para os próximos anos.

Taxa trimestral de crescimento de exportações, importações, consumo das famílias, formação bruta de capital fixo (FBKF) e PIB no Brasil — 2004-06



FONTE: IBGE.

André Luis Contri (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.04.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grandó e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.